



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

36º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2015 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A respeito do regime da nacionalidade na Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) A nacionalidade é, por ela própria, considerada um direito fundamental, revestindo-se da natureza de cláusula pétrea e desfrutando de aplicabilidade imediata.
- b) No Brasil, adotam-se critérios mistos para atribuição de nacionalidade primária, fundados em elementos sanguíneos (nascimento e descendência biológica) e territoriais (local do nascimento).
- c) A nacionalidade secundária só pode adquirida mediante ato expresse de vontade do indivíduo.
- d) A nacionalidade brasileira, uma vez perdida, não pode ser readquirida.
- e) A perda da nacionalidade brasileira em virtude da aquisição voluntária de outra nacionalidade pode atingir tanto brasileiros natos quanto naturalizados.

2) Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

- a) O mandado de segurança visa à proteção de direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) O mandado de segurança pode proteger tanto direitos individuais como coletivos.
- c) A entidade de classe não tem legitimação para impetrar mandado de segurança quando a pretensão veiculada interessa apenas a parte da respectiva categoria.
- d) O mandado de segurança não pode ser impetrado contra lei em tese.
- e) O mandado de segurança não se presta a obter a condenação ao pagamento de quantias pretéritas devidas ao impetrante.

3) Acerca das funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em ordem a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, as pessoas necessitadas.
- b) Aos Procuradores dos Estados é garantida a vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) Até que a Defensoria Pública local seja instituída e regularmente organizada pelo respectivo Estado, o Ministério Público tem legitimidade para a propositura da ação civil *ex delicto* quando o titular do direito à reparação for pobre.
- d) É inconstitucional norma que outorgue a ocupante de cargo em comissão, estranho aos quadros da Procuradoria Geral do Estado, o exercício, no âmbito do Poder Executivo local, de atribuições inerentes à representação judicial e ao desempenho da atividade de consultoria e de assessoramento jurídicos.
- e) Às Defensorias Públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.

4) De acordo com a Constituição de 1988, não se insere entre as competências do Superior Tribunal de Justiça:

- a) julgar, em recurso especial, as causas decididas pelas Turmas Recursais em última instância quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
- b) processar e julgar, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados.
- c) a homologação de sentenças estrangeiras.
- d) julgar os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- e) julgar a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

5) A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo de desconcentração se traduz pela criação de novos órgãos públicos, com repartição e dissociação de competências.
- b) O processo de descentralização produz a transferência de poderes e atribuições para uma nova pessoa jurídica, isto é, para um sujeito de direito distinto e autônomo.
- c) A expressão “Administração direta” é utilizada para indicar o ente político que, por determinação constitucional, é o titular da função administrativa.
- d) As pessoas políticas, que integram a Administração direta, têm necessariamente personalidade jurídica de direito público.
- e) As pessoas administrativas, que integram a Administração indireta, têm necessariamente personalidade jurídica de direito privado.

6) De acordo com a doutrina, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Constituição de 1988, o acesso aos cargos públicos de caráter efetivo:

- a) ocorre sempre mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) independe da aprovação em concurso público quando envolve certas posições no elevado escalão do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas.
- c) prescinde de um procedimento norteado pelos princípios da isonomia, da publicidade e da impessoalidade.
- d) jamais pode estar sujeito a requisitos restritivos de participação.
- e) pode estar sujeito a exame psicológico ou psicotécnico, independentemente de previsão legal.

7) A Constituição de 1988 conferiu tanta importância ao princípio da isonomia que não só o enunciou numa cláusula geral (“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”) como também o consagrou numa série de disposições específicas, impositivas de um tratamento igualitário. A seguir, todas as afirmativas são expressão do direito à igualdade, exceto:

- a) É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão de trabalhadores por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- b) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- c) É proibida qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- d) É garantido o direito de herança.
- e) É proibida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

8) A respeito do conceito de Constituição, indique a alternativa incorreta:

- a) São chamadas constituições populares (ou democráticas) as constituições que se originam de um órgão constituinte composto de representantes do povo.
- b) Constituição histórica ou costumeira é não escrita e resultante da lenta formação histórica e evolução das tradições.
- c) Verifica-se a constituição rígida quando, para sua alteração, há necessidade de solenidades e exigências formais especiais.
- d) Constituição não escrita é aquela não baseada em um documento único e solene.
- e) Constituição outorgada é aquela estabelecida e elaborada sem a participação de representantes do povo, havendo necessariamente um posterior plebiscito para cancelar seus termos.

9) A respeito da forma federativa adotada pelo Brasil, é incorreto afirmar que:

- a) A federação consiste na união de coletividades regionais dotadas de autonomia, os chamados Estados federados.
- b) A federação brasileira foi organizada em dois níveis, razão pela qual o município não é considerado um ente da federação.
- c) O Estado federal é o todo e é dotado de personalidade jurídica de direito internacional.
- d) À União cabe o exercício da soberania.
- e) O Brasil adotou o federalismo cooperativo, com competências administrativas comuns aos entes da federação.

10) Assinale a afirmativa que expressa a lógica do sistema de freios e contrapesos (“checks and balances”) adotado pela Constituição Brasileira:

- a) A repartição de poderes ocorre entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.
- b) As leis elaboradas pelo Poder Legislativo não podem ser questionadas por nenhum outro Poder.
- c) A Constituição prevê mecanismos por meio dos quais um Poder vai controlar e fiscalizar o outro.
- d) A separação dos Poderes impede que cada um dos Poderes exerça funções atípicas.
- e) A independência representa a capacidade que cada Poder tem de exercer suas próprias atribuições.

11) A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa incorreta:

- a) No âmbito federal, vige o bicameralismo, uma vez que o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- b) O Senado é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- c) A Câmara dos Deputados é composta pelos representantes eleitos pelo povo, pelo sistema proporcional.
- d) O mandato dos senadores eleitos é de oito anos, enquanto o mandato dos deputados é de quatro anos.
- e) Tendo em vista sua função de controle externo, o Tribunal de Contas é um órgão que não tem qualquer vinculação com o Poder Legislativo.

12) Sobre a repartição de competências contida na Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Competências privativas da União são aquelas que devem ser exercidas com a autorização dos demais entes da Federação.
- b) Quando se tratar de competência concorrente para legislar, as normas específicas da União sempre prevalecem sobre a dos demais entes.
- c) A competência administrativa comum deve ser exercida em regime de cooperação entre os entes da Federação.
- d) As competências estaduais estão exaustivamente descritas na Constituição Federal.
- e) Os Municípios somente podem legislar em caso de inexistência de lei federal ou estadual sobre a matéria.

13) Indique a ação que, segundo a Constituição Federal, é destinada ao controle de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual:

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) Ação Direta de Constitucionalidade.
- c) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Mandado de Segurança.
- e) Representação de Inconstitucionalidade

14) A respeito da teoria dos princípios, aplicável à interpretação constitucional, indique a afirmativa incorreta:

- a) Regras são, normalmente, relatos objetivos, descritivos de determinadas condutas e aplicáveis a um conjunto delimitado de situações.
- b) Princípios e regras não desfrutam de igual status enquanto norma jurídica, sobrepondo-se as regras aos princípios em termos de relevância constitucional.
- c) A aplicação de uma regra se opera na modalidade tudo ou nada: ou ela regula a matéria em sua inteireza ou é descumprida.
- d) Princípios contêm relatos com maior grau de abstração, não especificam a conduta a ser seguida.
- e) A aplicação de princípios deverá se dar mediante ponderação: à vista do caso concreto.

15) Consideradas as características do Poder Executivo, indique a afirmativa incorreta:

- a) A prática de atos, pelo Presidente da República, que atentem contra o cumprimento de leis e decisões judiciais consiste em crime de responsabilidade.
- b) Para concorrer ao cargo de Presidente da República, o candidato deve, dentre outros requisitos, ser brasileiro nato e ter a idade mínima de 35 anos, completos antes do pleito.
- c) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei.
- d) Cabe privativamente ao Presidente da República decretar estado de defesa ou de sítio.
- e) Em razão da possibilidade de veto presidencial, o Presidente da República não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade.

DIREITO CIVIL

16) Complete a frase: “O(A) _____ não se enquadra dentre os defeitos do negócio jurídico.”

- a) Erro;
- b) Dolo;
- c) Coação;
- d) Fraude;
- e) Abuso do direito.

17) Segundo o Código Civil, é nulo o negócio jurídico quando:

- a) for celebrado por agente relativamente incapaz;
- b) eivado de vício resultante de erro;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) eivado de vício resultante de dolo;
- e) eivado de vício resultante de coação.

18) Quanto à responsabilidade civil, nos termos do Código Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo;
- b) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei;
- c) O incapaz não responde, em nenhuma hipótese, pelos prejuízos que causar;
- d) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
- e) São também responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

19) Segundo o Código Civil, quanto à prescrição, é incorreto afirmar que:

- a) pode ser interrompida por qualquer interessado;
- b) a sua interrupção poderá ocorrer somente uma única vez;
- c) nasce com a violação do direito;
- d) a interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros;
- e) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

20) Quanto à solidariedade, segundo o Código Civil:

- a) Cada um dos credores solidários somente pode exigir, em face do devedor, a sua quota do crédito.
- b) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste a solidariedade.
- c) Na solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- d) O devedor demandado se aproveita das exceções pessoais a outro codevedor.
- e) A solidariedade se presume.

21) Quanto ao pagamento, segundo o Código Civil:

- a) O pagamento feito, mesmo de boa-fé, ao credor putativo, não é válido.
- b) O credor é obrigado a receber prestação, desde que mais valiosa, diversa da que lhe é devida.
- c) São válidas, em regra, as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, exceto nos casos previstos na legislação especial.
- d) O devedor que paga tem direito a quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- e) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.

22) No que se refere ao inadimplemento das obrigações, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a interpelação judicial.
- b) A cláusula penal não pode ser reduzida pelo juiz em nenhuma hipótese.
- c) Ainda que inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeitos dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.
- d) Para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo.
- e) O valor da cominação imposta na cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal.

23) Quanto ao contrato, é incorreto afirmar, segundo o Código Civil:

- a) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.
- b) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- c) É lícito às partes firmar contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- d) A boa-fé não possui função interpretativa dos contratos.
- e) A boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato.

24) Nos termos do Código Civil, é espécie de pessoa jurídica:

- a) A família.
- b) O espólio.
- c) A massa falida.
- d) A herança jacente.
- e) Os partidos políticos.

25) Assinale a alternativa incorreta:

- a) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- b) Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.
- c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela demonstração de insolvência da pessoa jurídica, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

26) Bens acessórios que têm sua origem no bem principal, mantendo a integridade desse último, sem a diminuição da sua substância ou quantidade, denominam-se:

- a) Frutos.
- b) Produtos.
- c) Pertencas.
- d) Partes integrantes.
- e) Benfeitorias.

27) Considerando a classificação dos negócios jurídicos, marque a alternativa incorreta:

- a) Quanto à manifestação de vontade dos envolvidos, o negócio jurídico pode ser unilateral, bilateral ou plurilateral.
- b) Quanto às vantagens patrimoniais para os envolvidos, o negócio jurídico pode ser gratuito ou oneroso.
- c) Quanto aos efeitos, no aspecto temporal, os negócios jurídicos podem ser inter vivos ou mortis causa.
- d) Quanto ao momento de aperfeiçoamento, os negócios jurídicos podem ser formais ou informais.
- e) Quanto à extensão dos efeitos, os negócios jurídicos podem ser constitutivos ou declarativos.

28) O complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária é denominado, pelo Código Civil, como:

- a) Patrimônio.
- b) Estabelecimento.
- c) Trespasse.
- d) Ponto comercial.
- e) Modelo de utilidade.

29) Acerca das sociedades limitadas, marque a alternativa correta:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
- b) O contrato social não poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- c) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- d) É lícita a contribuição que consista em prestação de serviços.
- e) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social, sendo vedada a designação em ato separado.

30) No tocante ao domicílio das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O domicílio da União é o Distrito Federal.
- b) O domicílio dos Municípios é o lugar onde funcione a administração municipal.
- c) O domicílio dos Estados é a sede da Procuradoria Geral do Estado respectiva.
- d) O domicílio dos Territórios é a respectiva capital.
- e) O domicílio das demais pessoas jurídicas é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Acerca das condições da ação, assinale a assertiva correta:

- a) Para os adeptos da teoria da asserção, as condições da ação devem ser aferidas à luz da narrativa trazida pelo autor na petição inicial.
- b) O recolhimento das custas processuais corresponde a uma das condições da ação previstas no Código de Processo Civil de 1973.
- c) Em regra, qualquer pessoa possui legitimidade para defender em juízo direito material alheio, sem necessidade de autorização legal.
- d) São cinco as condições da ação previstas no Código de Processo Civil de 1973.
- e) A ausência de condições da ação leva à extinção do feito com resolução do mérito, conforme o Código de Processo Civil de 1973.

32) Sobre o sistema dos prazos no Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa correta:

- a) O Estado do Rio de Janeiro possui o prazo de 15 (quinze) dias para interpor recurso de apelação.
- b) Salvo disposição em contrário, os prazos para o Estado do Rio de Janeiro contar-se-ão da data em que o ato judicial for assinado pelo juiz, independentemente da intimação do ente sobre o ato.
- c) No procedimento comum ordinário, o prazo para o Estado do Rio de Janeiro apresentar contestação é de 40 (quarenta) dias.
- d) O Estado do Rio de Janeiro dispõe de prazo em dobro para interpor recurso de agravo de instrumento.
- e) O Estado do Rio de Janeiro não interpôs recurso extraordinário no prazo legal contra acórdão desfavorável. Nesse caso, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, o Estado pode interpor o referido recurso após o decurso do prazo legal, em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

33) Em relação ao sistema das nulidades no Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da instrumentalidade das formas, defendido por parte da doutrina, foi expressamente afastado pelo Código de Processo Civil de 1973.
- b) A decretação de nulidade do ato processual não produz quaisquer efeitos sobre os atos subsequentes, que dele dependam.
- c) É inexistente o processo que tiver corrido sem intimação do Ministério Público, em caso no qual o órgão deva intervir, devendo ser cancelada a distribuição do feito.
- d) As nulidades podem ser alegadas pelas partes a qualquer tempo, jamais havendo preclusão quanto a essa arguição.
- e) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem a observância das prescrições legais.

34) É adequado afirmar, a propósito da ação, que:

- a) O direito de ação é subordinado à existência do direito material em jogo.
- b) Duas ações serão idênticas se possuírem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- c) Para se ajuizar uma ação judicial, é necessário obter, previamente, autorização administrativa do Poder Judiciário.
- d) Os elementos da ação são o autor, o juiz, o réu e a petição inicial.
- e) O Código de Processo Civil vigente adota a teoria imanentista ou civilista da ação.

35) Quanto aos requisitos de admissibilidade dos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte.
- b) O Estado do Rio de Janeiro deve recolher custas processuais para interpor seus recursos.
- c) O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não possui legitimidade para recorrer nos processos em que é parte.
- d) A parte pode recorrer da sentença, ainda que a aceite prévia e expressamente.
- e) A parte pode interpor recurso não previsto em lei, uma vez que, no Direito Processual Civil, o rol dos recursos é meramente exemplificativo.

36) De acordo com o Código de Processo Civil de 1973, o processo será extinto sem resolução do mérito nos seguintes casos, exceto:

- a) Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- b) Quando o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
- c) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- d) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- e) Quando o autor desistir da ação.

37) Acerca do princípio da imparcialidade do juiz, assinale a assertiva correta:

- a) Não há qualquer dever de imparcialidade do juiz no Direito Processual Civil brasileiro;
- b) O juiz deverá officiar em processos nos quais seja impedido ou suspeito;
- c) A Constituição permite a instalação de tribunais de exceção livremente pela União, Estados e Municípios;
- d) O juiz poderá exercer as suas funções em processo no qual interveio como mandatário da parte, ou quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge;
- e) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário de que for parte, ou cônjuge de alguma das partes.

38) De acordo com a Constituição da República, não é órgão integrante da estrutura judiciária nacional:

- a) O Superior Tribunal de Justiça;
- b) O Conselho Nacional de Justiça;
- c) Os membros do Ministério Público;
- d) Os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- e) Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

39) No que concerne à competência do juízo, de acordo com o Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa incorreta:

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia;
- b) Não existem, na legislação processual, critérios para a determinação da competência do juízo, cabendo ao magistrado decidir arbitrariamente se o juízo é ou não competente;
- c) A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu;
- d) É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação do dano;
- e) A competência em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão ou continência, observado o disposto no Código de Processo Civil de 1973.

40) Assinale a assertiva correta no que concerne à coisa julgada, de acordo com o Código de Processo Civil de 1973:

- a) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- b) Denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- c) O juiz sempre, e em qualquer hipótese, poderá decidir novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide.
- d) A sentença sempre faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e aos terceiros de boa-fé.
- e) Nunca estará sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

ESTES NÃO SÃO SERES HUMANOS, NOSSOS IRMÃOS E IRMÃS?

Leonardo Boff

O grau de civilização e de espírito humanitário de uma sociedade se mede pela forma como ela acolhe e convive com os diferentes. Sob este aspecto, a Europa nos oferece um exemplo lastimável que beira à barbárie. O menino sírio de 3-4 anos afogado na praia da Turquia simboliza o naufrágio da própria Europa. Ela sempre teve dificuldades de aceitar e de conviver com os “outros”.

Geralmente a estratégia era e continua sendo esta: ou marginaliza o outro, ou o submete ou o incorpora ou o destrói. Assim ocorreu no processo de expansão colonial na África, na Ásia e principalmente na América Latina. Chegou a destruir etnias inteiras como aquela do Haiti e no México.

O limite maior da cultura europeia ocidental é sua arrogância que se revela na pretensão de ser a mais elevada do mundo, de ter a melhor forma de governo (a democracia), a melhor consciência dos direitos, a criadora da filosofia e da tecnociência e, como se isso não bastasse, ser a portadora da única religião verdadeira: o cristianismo. Resquícios desta soberba aparecem ainda no Preâmbulo da Constituição da União Europeia. Aí se afirma singelamente: “O continente europeu é portador de civilização, que seus habitantes a habitaram desde o início da humanidade em sucessivas etapas e que no decorrer dos séculos desenvolveram valores, base para o humanismo: igualdade dos seres humanos, liberdade e o valor da razão...”

Esta visão é somente em parte verdadeira. Ela esquece as frequentes violações destes direitos, as catástrofes que criou com ideologias totalitárias, guerras devastadoras, colonialismo impiedoso e imperialismo feroz que subjugaram e inviabilizaram inteiras culturas na África e na América Latina em contraste frontal com os valores que proclama. A situação dramática do mundo atual e as levas de refugiados vindos dos países mediterrâneos se deve, em grande parte, ao tipo de globalização que ela apoia, pois configura, em termos concretos, uma espécie de ocidentalização tardia do mundo, muito mais que uma verdadeira planetização.

(...)

Segundo dados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) somente neste ano 60 milhões de pessoas se viram forçadas a abandonar seus lares. Só o conflito sírio provocou 4 milhões de desalojados. Os países que mais acolhem estas vítimas são o Líbano com mais de um milhão de pessoas (1,1 milhão) e a Turquia (1,8 milhões).

(...)

A acolhida é cheia de percalços, especialmente, por parte da Espanha e da Inglaterra. A mais aberta e hospitaleira, apesar dos ataques que se fazem aos acampamentos dos refugiados, tem sido a Alemanha. O governo filo-fascista de Viktor Orbán da Hungria declarou guerra aos refugiados. Tomou uma medida de grande barbárie: mandou construir uma cerca de arame farpado de quatro metros altura ao longo de toda fronteira com a Sérvia, para impedir a chegada dos que vêm do Oriente Médio. Os governos da Eslováquia e da Polônia declararam que somente aceitariam refugiados cristãos.

Estas são medidas criminosas. Todos estes sofrendores não são humanos, não são nossos irmãos e irmãs? Kant foi um dos primeiros a propor uma República Mundial (Weltrepublik) em seu último livro A paz perpétua. Dizia que a primeira virtude desta república deveria ser a hospitalidade como direito de todos e dever para todos, pois todos somos filhos da Terra.

Ora, isso está sendo negado vergonhosamente pelos membros da Comunidade Europeia. A tradição judeo-cristã sempre afirmou: quem acolhe o estrangeiro, está hospedando anonimamente Deus. Valham as palavras da física quântica que melhor escreveu sobre a inteligência espiritual – Danah Zohar: “A verdade é que nós e os outros somos um só, que não há separatividade, que nós e o ‘estranho’ somos aspectos da única e mesma vida”. Como seria diferente o trágico destino dos refugiados se estas palavras fossem vividas com paixão e compaixão.

Fonte: <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/09/03/estes-nao-sao-seres-humanos-nossos-irmaos-e-irmas/>, acesso em 03.09.2015.

41) A partir da tese defendida pelo autor, é correto afirmar que:

- a) A Europa incorpora o espírito ético defendido pelo autor.
- b) O teor do preâmbulo da Constituição da União Europeia, se aplicada na prática, estaria em consonância com a ideia defendida pelo autor.
- c) A situação atual dos refugiados vindos para a Europa ilustra o sentimento de acolhimento e o grau de civilidade que demanda da Europa.
- d) Para o autor, a Europa demonstra, ao longo dos anos, que se preparou para a planetização.
- e) As ilustrações históricas apresentadas, ao longo do texto, vão ao encontro da ideia humanista defendida pelo autor.

42) Com relação aos sexto e sétimo parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O sétimo parágrafo retoma o parágrafo anterior tecendo uma crítica com base em fatos concretos.

II. O início do sexto parágrafo desenha o cenário acolhedor da Europa em relação aos refugiados.

III. Ao citar Kant no sétimo parágrafo, o autor faz uso de um argumento de autoridade para assumir uma posição de neutralidade em relação ao cenário descrito no parágrafo anterior.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

43) “O grau de civilização e de espírito humanitário de uma sociedade se mede como ela acolhe e convive com os diferentes”. Assinale a passagem do texto que confere compromisso com esses princípios:

- a) “Geralmente a estratégia era e continua sendo este: ou marginaliza o outro, ou o submete ou o incorpora, ou destrói”.
- b) “O limite maior da cultura ocidental é a arrogância”.
- c) “Só o conflito sírio provocou 4 milhões de desalojados”.
- d) “Assim, ocorreu no processo de expansão (...). Chegou a destruir etnias inteiras.”
- e) “O continente europeu é portador de civilização (...) e no decorrer dos séculos desenvolveram valores de base para o humanismo”.

44) Considere o trecho : “O limite maior da cultura europeia ocidental é a sua arrogância que se revela na pretensão de ser a mais elevada do mundo (...) e, como se isso não bastasse, ser a portadora da única religião verdadeira: o cristianismo.”

I – SUA: elemento de coesão que se refere à “cultura europeia”;

II – QUE: pronome relativo que retoma, como elemento de coesão, o termo que o antecede: “arrogância”;

III – ISSO: é um elemento de coesão que se refere a toda a informação anteriormente apresentada.

Após a análise linguística dos termos destacados, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Só a primeira opção está correta.
- b) As três opções estão corretas.
- c) Só a terceira opção está correta.
- d) Só as opções II e III estão corretas.
- e) Só as opções I e II estão corretas.

45) “Como seria diferente o trágico destino dos refugiados SE estas palavras fossem vividas com paixão e compaixão.”

A palavra destacada corresponde ao valor semântico de:

- a) concessão
- b) alternativa
- c) temporalidade
- d) contraste
- e) condição

46) Marque a opção em que a crase está corretamente empregada:

- a) Os refugiados ficam à distância de sua terra natal.
- b) Só o conflito sírio provocou à saída de milhões de pessoas de sua terra.
- c) A ocidentalização tardia do mundo avança à partir de idealizações deturpadas da globalização.
- d) A busca à garantia de acesso dos refugiados aos países da Europa depende de uma mudança de mentalidade da sociedade.
- e) O caso do menino sírio afogado na praia fica aberto à discussões sobre os motivos que geraram a sua morte.

47) “Esta visão é somente em parte verdadeira. Ela esquece as frequentes violações destes direitos, as catástrofes que criou com ideologias TOTALITÁRIAS, guerras devastadoras, colonialismo impiedoso e imperialismo feroz que SUBJUGARAM e inviabilizaram inteiras culturas na África e na América Latina em contraste frontal com os valores que PROCLAMA.”

Os termos em destaque podem ser respectivamente substituídos, mantendo as relações de sentido, por:

- a) impositivas – alforriaram - promulga
- b) dominadoras - escravizaram - confidencia
- c) centralizadoras – submeteram - promulga
- d) anárquicas - coagiram - declara
- e) falaciosas – dominaram - divulga

48) Assinale a opção em que a conjugação do verbo **HAVER**, ou de sua respectiva locução verbal, desrespeita a norma culta:

- a) Os governos da Eslováquia e da Polônia houveram por bem aceitar apenas os refugiados cristãos.
- b) Segundo Kant, não haveria arrependimentos em acolher os refugiados, pois todos são filhos da Terra.
- c) Os refugiados sabiam que deviam haver punições para os que atravessassem as fronteiras sem autorização.
- d) Os membros da Comunidade Europeia se houveram muito mal ao negar a hospitalidade como direito de todos e dever para todos.
- e) Todos os refugiados já haviam vivido situações de tensão semelhantes anteriormente.

49) Assinale a alternativa em que a justificativa do emprego da(s) vírgula(s) difere das outras:

- a) Por trás dessa reflexão, existe a intenção de confrontar atitudes e discursos contraditórios dos países da Europa.
- b) A situação dramática do mundo atual, que é fruto da barbárie, impede a verdadeira planetização.
- c) No fundo, a origem de tudo é a separatividade entre os povos.
- d) A acolhida é cheia de percalços, especialmente, por parte da Espanha e da Inglaterra.
- e) Mas, em geral, o que se vê é a falta de compaixão do próprio homem pelo seu semelhante.

50) “O continente europeu é portador de civilização, que seus habitantes a habitaram desde o início da humanidade em sucessivas etapas e que no decorrer dos séculos desenvolveram valores, base para o humanismo: igualdade dos seres humanos, liberdade e o valor da razão...”

Assinale a opção cuja paráfrase desse texto permite que conservemos o mesmo sentido, embora utilizemos outras palavras:

- a) O continente europeu é o berço da civilização, desde o início da humanidade e no decorrer dos séculos, desenvolveu nos que aí habitaram valores básicos para o humanismo, tais como a igualdade, a liberdade e a razão.
- b) A civilização europeia é constituída de habitantes que não se importam com o que os séculos de vivência os fez desenvolverem em forma de valores humanos.
- c) A civilização europeia, desde o início da humanidade, permite que seus habitantes, em sucessivas etapas façam da razão a sua base humanista.
- d) O continente europeu é portador da cultura humanista que ao longo dos séculos interagiu com as diferentes culturas do mundo os seus princípios humanistas caracterizados pela razão.
- e) O continente europeu é portador de valores civilizatórios tais como: a igualdade, a liberdade e a razão. Desde o início do mundo, esses valores estão sendo praticados por seus habitantes.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

EDITAL

O **CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**, nos termos do art. 23 do Regulamento do 36º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) D
- 2) C
- 3) B
- 4) A
- 5) E
- 6) B
- 7) D
- 8) E
- 9) B
- 10) C
- 11) E
- 12) C
- 13) E
- 14) B
- 15) E

DIREITO CIVIL:

- 16) E
- 17) C
- 18) C
- 19) E
- 20) C
- 21) E
- 22) C
- 23) D
- 24) E
- 25) C
- 26) A
- 27) D
- 28) B
- 29) C
- 30) C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 31) A
- 32) D
- 33) E
- 34) B
- 35) A
- 36) D
- 37) E
- 38) C
- 39) B
- 40) A

LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

41) B

42) ANULADA

43) E

44) B

45) E

~~46) D~~ → ANULADA

47) C

48) C

49) B

50) A

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.